

EM ENTREVISTA AO SEMANÁRIO «TEMOIGNAGE CHRETIEN»

MARIA DE LURDES PINTASILGO

SUBLINHA DISTANCIAMENTO DA "ESQUERDA"

AGORA admitindo a existência de «pontos de encontro», Maria de Lurdes Pintasilgo não se identifica «com qualquer das formações políticas que actualmente representa a esquerda em Portugal», segundo afirmou em entrevista concedida ao semanário francês «Temoignage Chretien».

A primeiro-ministro sublinhou o seu distanciamento relativamente aos partidos daquela área política, depois de admitir que a sua nomeação para o cargo constituía para a esquerda uma «nova possibilidade», conforme aliás — disse — terão sugerido as reacções a essa nomeação.

Admitindo, por outro lado, a existência de «pontos de encontro» entre o seu projecto de sociedade e o dos partidos da esquerda portuguesa, considerou não ser, porém, altura de pôr aquele em prática, atendendo «ao contexto institucional em que se situa a acção do meu Governo».

«Há que preparar as eleições» — salientou.

Lurdes Pintasilgo sublinhou também que o seu projecto político não se enquadra no esquema da «divisão tradicional entre esquerda e direita».

Interrogada sobre o fundamento de boatos que a apontam como possível líder de um partido presidencial em formação, Lurdes Pintasilgo afirmou não ter conhecimento de que o general Ramalho Eanes jamais haja enunciado tal propósito.

«A minha opção de base, em termos de estrutura política,

val no sentido da política não profissional», afirmou.

«Evolução das democracias»

Lurdes Pintasilgo reconheceu a inevitabilidade de essa posição a levar a confrontamentos com os partidos políticos que considerou «indispensáveis à evolução das democracias», mas não suficientes, pois, frisou, «a sociedade seria terrivelmente mutilada se tudo o que é político fosse esgotado pela acção dos partidos».

Na segunda parte da entrevista, intitulada «Os Cem Dias

de Maria de Lurdes», a Primeiro-Ministro abordou o que considera os problemas mais candentes em cada domínio da vida social portuguesa, referindo-se designadamente à organização da Administração Pública, cuja descentralização apontou como imperiosa.

Entre os domínios «em que o meu Governo poderá agir», referiu a aplicação da «Lei de Base do Serviço de Saúde».

No plano económico, destacou como propósito do quinto Governo o de, através do plano que tem em preparação, criar as condições necessárias para que aos seus sucessores se imponha a escolha entre duas teses que há muito se confrontam.

Uma apontando o caminho da «auto-suficiência alimentar», outra o do desenvolvimento de «dois ou três sectores industriais susceptíveis de se tornarem competitivos no exterior», como vias alternativas para o reequilíbrio da balança comercial.

Lurdes Pintasilgo recordou, ainda, a necessidade de Portugal «renegociar certos empréstimos estrangeiros», a partir de uma posição de «plena soberania».

Ao analisar o problema da reforma agrária, a Primeiro-Ministro invocou a respectiva lei, reiterando o propósito de proceder a devoluções, mas só «em certos casos» e em deter-

minadas condições, do entre as quais referiu a de o proprietário explorar directamente a terra.

Integração na C. E. E.

Depois de se pronunciar favoravelmente ao pluralismo sindical, Lurdes Pintasilgo indicou as grandes linhas da política externa do seu Governo, advogando uma integração na C.E.E. que se não confunda com «a formação de um bloco político».

Aludiu, também, às relações com Angola e Moçambique, sublinhando que os contenciosos

com ambas as ex-colónias terão de ser resolvidos «por negociações que se situem num quadro de relações entre Estados soberanos».

Em relação à questão de Timor, considerou-a um problema que Portugal ainda não resolveu, depois de ter sido «ultrapassado pelas circunstâncias e o poder armado».

Inquirida sobre a atitude da Igreja portuguesa relativamente ao regime democrático, Lurdes Pintasilgo disse ter nela passado a recordação da I República e do anti clericalismo que a marcou, mas negou que as tomadas de posição conjuntas dos bispos pudessem ser referidas como reacções.

